



**X COLÓQUIO
INTERNACIONAL**
"Educação e Contemporaneidade"
22 a 24 de Setembro de 2016
São Cristóvão/SE - Brasil



ISSN: 1982-3657

EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL: mapeando o perfil dos estudantes de um setor privado do interior da Bahia

KARINA SALES VIEIRA

EIXO: 6. ENSINO SUPERIOR NO BRASIL

RESUMO Este artigo apresenta resultados de uma investigação que buscou mapear o perfil de universitários de um setor privado do interior da Bahia, utilizando o sexo como categoria de análise. Para isso, usou-se de uma metodologia de cunho quantitativo. Foi feito um mapeamento dos estudantes de uma universidade privada localizada no interior da Bahia, em um município de pequeno porte, sendo que os sujeitos diretos da pesquisa foram 100 estudantes de 24 cursos de graduação. A coleta de dados foi realizada por meio de questionário e análise documental, pela qual foi possível colher o número de estudantes matriculados em 2015-1, por curso e sexo. Os resultados da pesquisa indicam que embora exista uma quantidade maior de mulheres ingressando no ensino ainda há disparidade entre homens e mulheres, seja na escolha do curso, ou no tipo de profissão que exerce. **Palavras-chave:** Educação. Universitários. Ensino superior. **ABSTRACT** This article presents the results of an investigation that sought to map the profile of students of a private sector the interior of Bahia, using sex as a category of analysis. For this, we used a quantitative methodology die. It was made a mapping of the students of a private university located in Bahia, in a small city, and the rights of the research subjects were 100 students in 24 undergraduate courses. Data collection was conducted through a questionnaire and document analysis, for which it was possible to harvest the number of students enrolled in 2015-1, by course and sex. The survey results indicate that although there is a greater number of women entering the teaching there is still disparity between men and women, both in the choice of the course, or the type of work it performs. **Keywords:** Education; University. Higher Education.

INTRODUÇÃO O ensino superior tem sido cada vez mais buscado não por apenas jovens, mas por

adultos que retornam às cadeiras escolares depois de muitos anos de afastamento. Essa busca pode ser relacionada à pressão exercida pelo mercado de trabalho que exige profissionais cada vez mais capacitados; à expectativa de melhorias de vida, de um futuro melhor. Diante desse cenário, nas últimas décadas muitos pesquisadores têm se debruçado sobre a Educação Superior, o acesso das mulheres à educação, bem como o perfil do estudante universitário e suas relações com o saber. Segundo Barbosa (s.a) “as mudanças sofridas nas próprias condições de trabalho tornaram acessível o ingresso das mulheres no mercado de trabalho, tornando sua participação indispensável.” A afirmação de Barbosa (s.a) é apropriada para a introdução desse texto, pois aqui se tem como objetivo mapear o perfil do estudante universitário de uma instituição privada de ensino superior do interior da Bahia com um olhar para o acesso da mulher a esse nível de estudo, com um recorte para o primeiro semestre de 2015. Inicialmente foi colhido os dados, número de estudantes ingressantes matriculados em 2015-1, depois realizou-se uma análise quantificando quantos eram do sexo masculino e quantos do feminino. Logo em seguida, esse mesmo procedimento foi feito por curso. Após a coleta desses dados, utilizou-se de uma amostra aleatória de 100 estudantes com os quais foi aplicado um questionário fechado que contemplava além de dados desagregados como a idade dos pais e escolaridade, a idade dos estudantes, estado civil, número de filhos, tipo de financiamento dos estudos, que permitiram colher novas informações e assim traçar um perfil geral dos estudantes. A instituição onde foi realizada a pesquisa, é a primeira e até o momento da pesquisa, é a única Instituição de Ensino Superior (IES) situada no município de Paripiranga, interior da Bahia, a aproximadamente 360 km de Salvador e 110 km de Aracaju, capital de Sergipe. Suas origens datam de 1982, com a criação do projeto, cuja finalidade, a princípio, era dinamizar ações comunitárias voltadas ao social. Em 2001 inicia o trabalho como Instituição de Ensino Superior. Em 2015 ocorreram mudanças importantes: ela expande seus empreendimentos com novos pólos: Jacobina (BA), Jeremoabo (BA), Lagarto (SE), Senhor do Bonfim (BA) e Tucano (BA), ainda sem funcionamento. Nesse mesmo ano é reconhecida pelo MEC como Centro Universitário. Por outro lado, ao se analisar o ambiente interno, constata-se um momento de redução do número de estudantes, situação instalada pela crise nos processos de Financiamento (FIES) e pelas alterações nas regras do ProUni o que gerou muitas desistências, isso pela incapacidade financeira dos alunos de custear seus estudos. A Instituição, baseada na carência socioeconômica da região, define sua missão: “O desenvolvimento das regiões nordeste da Bahia e centro-sul de Sergipe. Além de ter como foco a educação para melhoria da qualidade de vida das pessoas” (Faculdade AGES, p. 5, 2014). Assim, comungando com a sua missão, estabelece alguns objetivos expressos em seu Projeto Político Institucional (PPI), dentro os quais tem-se:

I – estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do

pensamento reflexivo;

II – formar diplomados nas diferentes áreas de conhecimento, aptos para a inserção em setores profissionais e para a participação do desenvolvimento da sociedade brasileira, e colaborar na sua formação contínua;

III – incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando o desenvolvimento da ciência e da tecnologia e da criação e difusão da cultura, e, desse modo, desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive;

IV – promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber através do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação;

V – estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade;

VI – promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e dos benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição. [...] (Faculdade AGES, p. 6, 2014) É nesse cenário, que se deu a pesquisa com os estudantes. Ser estudante universitário supõe “tornar-se e sentir-se um verdadeiro universitário, aquele que tem acesso a universos fora do mundo trivial, compartilhado com outros ‘membros” (CHARLOT apud COULON, 2008, p.13) **Mapeando o cenário e caminhando pela história** O cenário da educação no Brasil foi marcado por longos anos de restrição do acesso à Educação Superior. Essa restrição não se deu somente em relação ao ensino superior. No Brasil colônia, por exemplo, a escrita e letramento eram reservados “aos filhos/homens dos indígenas e dos colonos”. Nesse contexto, “as mulheres brancas, ricas ou empobrecidas como as negras escravas e as indígenas não tinham acesso à arte de ler e escrever” (RIBEIRO In: LOPES, FARIA, VEIGA, 2000, p.79). Essa exclusão virou prosa e verso e foi cantada como se pode observar em “Balada para rezar a Nossa Senhora”:

[...]Sou mulher pobrezinha e quase no final. Eu nada sei, jamais por mim letra foi lida. Vejo na igreja que freqüento, paroquial, Pintado o céu, onde c

alaúde, a harpa é ouvida, E o inferno, onde os danados fervem sem medida: Um me apavora, o outro a alegria em mim derrama[...] (VILLÓN apud MARTINS, 2001, p.133.) Esta situação paulatinamente foi se modificando e hoje o que se observa é uma demanda feminina expressiva ingressando no Ensino Superior. Segundo os dados do Censo da Educação Superior de 2012, as mulheres estão mais frequentes na educação superior do que os homens. Em 2012 o número total de ingressos em cursos de graduação chegou a 56,1% de mulheres e 43,9% de homens. Isso demonstra, ainda segundo o censo, a mudança de rumo provocada pelo público feminino nos últimos anos com a busca de melhores condições de vida e de valorização humana. Além disso, essa participação maior do público feminino na educação superior pode ser explicada em função da tendência de aumento da sua inserção no mercado de trabalho e, conseqüentemente, da exigência na elevação da escolaridade. “A escola e a elevação da escolaridade continuam a ser reconhecidos como importantes, ainda que tenham se tornado incapazes de assegurar o futuro, sobretudo quando se trata da obtenção de um emprego” (TEIXEIRA, s.a, p.2). Esses aspectos tornam-se merecedores de reflexão e análise, visto que na instituição privada de ensino superior pesquisada, dos 1.468 alunos matriculados em 2015-1, 62% (905) eram mulheres ficando os homens apenas com um total de 38% (563). Esses dados demonstram que a igualmente aos dados do Censo de 2012 a instituição privada apresenta um quadro de estudantes femininos que se sobrepõem ao do público masculino. No entanto, mesmo o número de matrícula feminina tendo sido expressivo, e, portanto, demonstrando também a inserção significativa da mulher nos cursos universitários, as mulheres predominam nas áreas humanas e de saúde “visualizadas como femininas no imaginário social” (CRUZ, 2012, p.269). Os cursos mais priorizados pelas mulheres, como evidenciado no quadro abaixo, foram pedagogia, enfermagem, farmácia, fisioterapia, psicologia, serviço social, ciências biológicas, letras, nutrição.

Curso	Mulher	Homem
Pedagogia	49 (94%)	3 (6%)
Enfermagem	98 (77%)	30 (23%)
Farmácia	70 (68%)	33 (32%)
Fisioterapia	142 (80%)	35 (20%)
Psicologia	74 (81%)	17 (17%)
Serviço Social	10 (83%)	2 (2%)
Ciências Biológicas	61 (72%)	24 (28%)

Nutrição	101 (78%)	28 (22%)
Letras	16 (73%)	6 (27%)
Educação Física	93 (58%)	66 (42%)

Quadro 1: Matrículas em cursos de graduação por sexo com predominância para as mulheres.

Fonte: Construída pela autora (Junho de 2015) Os dados dispostos no quadro acima demonstram que a segmentação por sexo nos cursos é mais marcante nos cursos de pedagogia com 94% de público feminino, seguido serviço social com 83%, e por fim psicologia e fisioterapia com respectivamente por 81% e 80%. Identificar, portanto, essa segmentação é uma forma de tornar visível e as marcas da disparidade entre os sexos que se encontram presentes no espaço universitário. Isso merece uma reflexão quando se observa os dados do Censo da Educação Superior de 2012. Segundo o Censo, nas áreas de Engenharia, Produção e Construção; de Ciências, Matemática, e Computação; de Agricultura e Veterinária predominam homens e nas demais áreas, a maioria das matrículas é de mulheres. Conforme o Censo, a área da Saúde e Bem-estar Social é a que mais detém o público feminino (75% em média) em relação ao masculino. Esses dados estão muito próximos das escolhas pelas mulheres e homens nos cursos da instituição pesquisada quando analisamos os dados do quadro 2 e 3. No que se refere ao público homem, o número de matrículas na instituição pesquisada totalizou 563, desses alunos a maior prevalência encontram-se para a área de Ciências Exatas e Tecnológicas em consonância com os dados do Censo de 2012, conforme evidencia o quadro abaixo:

Curso	Mulher	Homem
Administração	11 (31%)	24 (69%)
Sistema de Informação	3 (16%)	16 (84%)
Engenharia Civil	28(30%)	66 (70%)
Física	5 (38%)	8 (62%)
Química	5 (31%)	11 (69%)
Engenharia agrônômica	12 (23%)	41 (77%)
Matemática	17 (40%)	25 (60%)
Ciências Contábeis	10 (34%)	19 (66%)
Arquitetura e Urbanismo	22 (40%)	33 (60%)

Quadro 2: Matrículas em cursos de graduação por sexo com predominância para os homens.

Fonte: Construída pela autora (Junho de 2015) Apesar das mulheres terem conquistado o direito de cursarem o ensino superior é notório que ainda há uma exclusão das mulheres para algumas áreas, por exemplo, a área de Ciências Sociais Aplicadas que também evidencia um perfil androcêntrico, do mesmo modo que a área de Ciências Exatas e Tecnológicas (demonstrado nos gráficos acima), desse modo reforça a exclusão das mulheres para esse campo, como ficou confirmado pelos dados do quadro 2. A segmentação de sexo não foi reforçada para os cursos de História, Geografia e Direito, pois neles a porcentagem de alunos matriculados corresponde, respectivamente, a 50% tanto para mulheres e homens; 48% para mulheres e 52% para homens; 47% para mulheres e 53% para homens, diferença irrisória nesses dois últimos quando comparado às porcentagens dos outros cursos. Vejamos o quadro a seguir.

Curso	Mulher	Homem
História	23 (50%)	23 (50%)
Geografia	10 (48%)	11 (52%)
Direito	45 (47%)	50 (53%)

Quadro 3: Matrículas em cursos de graduação por sexo com certa equidade entre os sexos.

Fonte: Construída pela autora (Junho de 2015) Diante dos quadros expostos, “a predominância de mulheres nas áreas humanas poderia ser atribuída aos temas sociais característicos desses campos” (CRUZ, 2012, p.272) e na área da saúde pode ser explicado pela cultura patriarcal que se assenta em todas as estruturas da sociedade, atribuindo à mulher a tarefa do cuidado, e ao homem a autoridade e soberania (CASTELLS,1999). Pode-se dizer, portanto, que a instituição escolar ainda é um espaço onde as relações de gênero, sendo esse “uma forma primeira de significar as relações de poder” (SCOTT, s.s. p.21), se dão de forma ainda muito segmentada. No que se refere ao acesso ao Ensino Superior, há políticas públicas de iniciativa do Governo Federal como o Fundo de Financiamento estudantil (Fies) e o Programa Universidade para todos (ProUni) que permitem aos estudantes de camadas sociais mais marginalizadas adentrarem ao Ensino Superior Privado (ESP). O Fies criado em 1999 por Medida Provisória, posteriormente convertida na Lei nº 10.260/2001, é um programa destinado a financiar o ensino superior de estudantes matriculados em instituições privadas, com avaliação positiva nos processos conduzidos pelo Ministério da Educação e regulamentado pelo:

Art. 2º

O estudante financiado pelo Fies poderá solicitar o abatimento referido no art. 1º, independentemente da data de contratação do financiamento, desde que tenha, no mínimo, 1 (um) ano de trabalho ininterrupto como:

I - professor em efetivo exercício na docência na rede pública de educação básica com jornada de trabalho de, no mínimo, 20 horas semanais, na condição de graduado ou estudante regularmente matriculado em curso de licenciatura;

II - médico em efetivo exercício com atuação em áreas e regiões com carência e dificuldades de retenção desse profissional, definidas como prioritárias pelo Ministério da Saúde, na forma do regulamento [...] Outra política importante de acesso ao ensino universitário é o ProUni, criado em 2004 para conceder bolsas de estudos em instituições privadas para estudantes provenientes de camadas populares. O programa ainda possui políticas de ações afirmativas destinadas a estudantes pretos, pardos ou indígenas e também aos portadores de deficiência. Este programa de assistência do Governo Federal oferece dois tipos de bolsa: a *integral*, para estudantes que possuem renda bruta familiar per capita de até um salário mínimo e meio; e a *parcial*, de 50%, para estudantes com renda bruta familiar per capita de até três salários mínimos. Quanto a essas formas de financiamento, bem como o uso de recursos próprios foi percebido que a maioria dos acadêmicos, sejam eles homens ou mulheres fazem uso expressivo do Fies: mulheres com 67,3% e homens com 56,52%. Em seguida veio o uso de Recursos próprios e por fim, em última colocação o ProUni. Como se pode perceber no quadro abaixo.

	FIES	PROUNI	RECURSOS PRÓPRIOS
Mulheres	35	4	14
Homens	26	5	15

Quadro 4: Tipo de financiamento estudantil – categoria gênero

Fonte: Construção da autora (Junho de 2015) Isso demonstra que as políticas públicas, sobretudo, o Fies têm contribuído para o ingresso de jovens desse município e região circunvizinha ao ensino superior privado, permitindo que alunos provenientes de camadas populares tenham acesso a uma graduação, pois durante muito tempo esse ensino ficou

restrito apenas às camadas mais elitizadas do Brasil. Além de realizar o financiamento, uma parte desses alunos trabalha para custear os estudos. No entanto, um dado é relevante ressaltar, a quantidade de mulheres trabalhadora é menor que a quantidade de homens, respectivamente temos, 37,7% e 52,17%. Assim, temos uma taxa maior de mulheres que não trabalham em comparativo com a taxa de homens, como se evidencia no quadrado abaixo:

	Trabalha	Não trabalha
Mulheres	20	33
Homens	24	21

Quadro 5: Número por sexo de universitários que trabalham

Fonte: Construção da autora (Junho de 2015) Essa talvez seja uma situação que decorre da própria construção patriarcal da sociedade, mulheres cuidam do lar e homens trabalham fora para dar o sustento da família. O tipo de trabalho dos estudantes foi diversificado, no que se refere aos homens tem-se empresário, auxiliar de escritório, secretário escolar, guarda municipal, funcionário público, professor, encanador, agricultor, estagiário do Banco do Brasil. Nas mulheres essas profissões ganham nova configuração, tem-se babá, professora, pedagoga, funcionária pública, auxiliar administrativo e um destaque para uma mulher que exerce a função de gerente de vendas. E um dado que merece ressalva é a respeito do estado civil, a maior parte dos estudantes (igual valor para homens e mulheres) são solteiros e não possuem filhos. Isso é um demonstrativo de que há mais jovens que buscam ingressar no mercado de trabalho sem a perspectiva da mulher como sendo educada para casa e ter filhos, como ocorria na educação para a mulher no período colonial (RIBEIRO in LOPES, 2000). Como ilustrado no quadrado abaixo:

	Solteiro sem filhos	Solteiro com filhos	Casado sem filhos	Casado com filhos
Mulheres	35	4	1	7
Homens	35	3	1	6

Quadro 6: Estado civil por sexo dos universitários

Fonte: Construção da autora (Junho de 2015) Quanto à escolaridade dos pais, 47,16% dos pais das mulheres e 39,13% dos pais dos homens frequentaram o ensino fundamental incompleto, sendo que há uma diversidade, porém reduzida que frequentaram o ensino fundamental completo, o ensino médio incompleto e completo, alguns poucos pais que frequentaram o ensino

superior e por fim, há aqueles analfabetos de leitura e escrita. Os pais das mulheres correspondem a 9,4% e os pais dos homens correspondem a 13,04%. Os pais dos 100 entrevistados, portanto, totalizam 11,22% de analfabetos. Vejamos os valores dispostos no quadro abaixo:

	Mulheres	Homens
Não sabem ler ou escrever	5	6
Ensino Fundamental Incompleto	25	18
Ensino Fundamental Completo	9	4
Ensino Médio Incompleto	1	5
Ensino Médio Completo	6	8
Ensino Superior	7	4

Quadro 6: Escolaridade por sexo dos pais dos universitários

Fonte: Construção da autora (Junho de 2015) Essa situação evidencia que a escolaridade dos pais dos estudantes ainda é muito baixa o que nos faz levantar a hipótese de que são estudantes em sua maioria de origem popular, portanto, com poucas referências culturais. A escolaridade dos pais e sua história é importante para se traçar o perfil do estudante, pois “a história escolar de um aluno inscreve-se na história mais ampla de uma família, de uma linhagem” (CHARLOT, 2009, p.210)

CONSIDERAÇÕES FINAIS Como base no que os dados analisados nos revelam é possível indicar que a inserção da mulher no espaço da Educação Superior é um reflexo de mudanças históricas no corpo da educação e da sociedade. Embora na instituição, campo da pesquisa, as mulheres predominem nas áreas naturalmente visualizadas como femininas, há traços de entrada das mulheres em cursos universitários historicamente masculinos e essa situação acaba por influenciar uma certa mudança nos papéis sociais exercidos por homens e mulheres. Os resultados da pesquisa indicam que embora, exista uma quantidade maior de mulheres ingressando no ensino superior, um total de 905 mulheres comparado a 563 homens, ainda há disparidades entre homens e mulheres, seja na escolha do curso, ou no tipo de profissão que exerce para custear seus estudos. É importante também destacar que as políticas públicas são uma parceira dos estudantes, é uma esperança para quem deseja ingressar em um curso de graduação e não tem condições financeiras para custear. Parafraseando Cruz (2012, p.278) “compreende-se que o cenário do sistema educacional tem sofrido algumas mudanças positivas rumo à igualdade de oportunidades de universitários de renda baixa, no acesso ao ensino superior”. Portanto, a partir dos dados analisados é evidente a importância dos programas sociais de acesso à Educação Superior, o Fies e o ProUni. Isso porque dos 100 estudantes da amostra, o Fies totalizou 61,22% de adesão,

portanto, é o programa que mais contribui de forma mais direta ao acesso à educação superior de segmentos sociais desfavorecidos do ponto de vista socioeconômico. Diante disso, os estudantes dessa instituição do interior da Bahia são universitários em sua maioria mulheres, com predominância para as áreas de Humanas e Saúde; são estudantes de origem popular que em sua maioria se utilizam de algum programa para custear as mensalidades e sobretudo, são estudantes trabalhadores, exercem um ofício que não apenas o de estudante, mas de um trabalhador que ocupa uma profissão fora das paredes da universidade em decorrência da necessidade de aumentar a renda e conseguir se manter e terminar o curso.

REFERÊNCIAS BRASIL. Lei n. 10.260, de 12 de julho de 2001. Regulamenta o disposto no art. 6º-B da Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, e dá outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil.**

Disponível em:

<http://>

sisfiesportal.mec.gov.br

.

Acesso em: 21 maio. 2015. _____. **Resumo Técnico: Censo da Educação Superior 2012.**

Disponível em:

<http://>

download.inep.gov.br

[/download/superior/censo/2012/resumo_tecnico_censo_educacao_superior_2012.pdf](http://download/superior/censo/2012/resumo_tecnico_censo_educacao_superior_2012.pdf)

>

Acesso em: 10 de abril de 2016. BARBOSA, Rosimar Pereira. Relações de gênero e a lógica da competência no mercado de trabalho. Disponível em <http://>

revistas.pucsp.br

[/index.php](http://index.php)

[/ReCaPe/article/view/16533](http://ReCaPe/article/view/16533).

Acesso em: 21 maio. 2015. CASTELLS, Manuel. O fim do patriarcalismo: movimentos sociais, famílias e sexualidade na era da informação. In: **A era da informação: Economia, Sociedade e Cultura. O poder da Identidade.** São Paulo: Paz e Terra, 1999. CHARLOT, Bernard. **A relação com o saber nos meios populares uma investigação nos liceus profissionais.** Tradução de: Catarina Matos. Porto - Portugal: LEGIS, 2009. COULON, Alain. **A condição de estudante: A entrada na vida universitária.** Tradução de: Georgina Gonçalves dos Santos, Sônia Maria Rocha Sampaio

Salvador: EDUFBA, 2008. CRUZ, Maria Helena Santana. **Mapeando Diferenças de Gênero no Ensino Superior da Universidade Federal de Sergipe**. São Cristóvão: Editora UFS, 2012. RIBEIRO, Arilda Inês Miranda. Mulheres educadas na colônia. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA Filho, Luciano Mendes e VEIGA, Cynthia Greive **500 anos de educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p.79-94. SCOTT, Joan. **Gênero: Uma Categoria Útil Para Análise Histórica**. (artigo) Tradução: Christine Rufino Dabat e Maria Betânia Ávila. TEIXEIRA, Ana Maria Freitas. **Aprendendo a ser estudante universitário: uma relação entre o campo disciplinar e a construção de si** (artigo). Disponibilizado pela autora via e-mail. VILLON, François. Poesias de Villón. In MARTINS, Wilson. **A palavra escrita, história do livro, da imprensa e da biblioteca**. 3ª Ed. São Paulo: Ática, 2001.

* Mestranda em educação pela Universidade Federal de Sergipe (UFS); Especialista em Letras Português e Linguística pela Faculdade Amadeus (FAMA); Graduada em Letras pela UniAGES; membro do grupo de pesquisa EDUCON; membro do corpo docente da UniAGES, correio eletrônico vieiras@hotmail.com

Recebido em: 05/07/2016

Aprovado em: 06/07/2016

Editor Responsável: Veleida Anahi / Bernard Charlort

Método de Avaliação: Double Blind Review

E-ISSN:1982-3657

Doi: